

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

Wesley de Oliveira Silva*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v8i8p110-137

Resumo: O final do século XVII foi marcante para a história das capitanias do norte da América portuguesa. Isso porque nesse período foi vivenciada a expansão das fronteiras oeste adentro, região mais ou menos desconhecida onde habitavam vários grupos ameríndios de diferentes culturas. Para tal, a administração portuguesa aproveitou bastante a mão de obra bélica indígena aldeada para alcançar seus objetivos, que dentre muitos se destacam a conquista da terra, da gente que nela vivia e também a instalação dos currais de gado. Desta maneira, o presente artigo tem como intenção analisar a atuação de tropas indígenas que saíam dos aldeamentos da capitania de Pernambuco entre 1660-1700, utilizando como fonte alguns relatos de cronistas e documentações encontradas na Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional e no Arquivo Histórico Ultramarino.

Palavras-chaves: Grupos ameríndios; Tropas indígenas; Aldeamentos.

* Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade de Pernambuco. E-mail: wesley_oliveira18@outlook.com. Agradeço à professora Kalina Vanderlei Silva pelas orientações.

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

Introdução

O século XVII foi significativo para a expansão das fronteiras da América portuguesa. Nesse período foi vivenciada a conquista do interior das capitanias do norte, motivada por fatores como a instalação dos currais de gado, o principal responsável pelo alargamento da fronteira oeste, e também a busca por metais preciosos, uma realidade presente desde o século XVI, mas que se intensifica em decorrência da procura de minas de salitre no século XVII (PUNTONI, 2002, p. 29).

Se por um lado essa expansão significou o nascimento da sociedade colonial sertaneja, por outro ocasionou inevitavelmente diversos e esparsos conflitos travados contra vários grupos indígenas que viviam nos sertões das mesmas capitanias, como os Anaio¹, os Tarairiu, os Hoés Hoés, os Carnijó, os Chocó, os Cariri², dentre muitos outros (cf.: PUNTONI, 2002; sobre os Tarairiú, cf.: LOPES, 1999 e RICARDO, 2000). Muitos desses grupos, embora apresentassem muitas semelhanças entre si, tinham diferenças culturais perceptíveis, como a língua e, dependendo da *nação*³, a forma de organização social. O conflito contra todos esses grupos indígenas foi chamado de *Guerra dos Bárbaros*⁴, tendo

¹ Utilizamos a grafia dos etnônimos em maiúsculo e sem flexão de gênero ou número, seguindo as orientações da Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais (1956).

² Todos esses grupos habitavam regiões específicas. Os tarairius, por exemplo, habitavam nas ribeiras dos rios Jaguaribe, Apodi, Açu, Piranhas, Sabuji e Seridó, vales onde se desenrolou a Guerra do Açu. Já os cariris, habitavam as ribeiras do Rio São Francisco.

³ Nação é um termo que encontramos bastante nas documentações. Era empregado pelos portugueses para diferenciar indistintamente os diversos grupos indígenas.

⁴ É importante enfatizar que a própria nomenclatura do conflito sugere um equívoco: uma guerra travada por uma confederação de todos os indígenas que viviam nos sertões contra a sociedade colonial. A noção de "confederação" dos indígenas já foi desconstruída pela historiografia, pois, do ponto de vista indígena, tão união não ocorreu. Portanto, a grafia do termo virá destacada, usada apenas para situar todas as séries individuais de conflito que ocorreram no recorte temporal escolhido

iniciado em meados do século XVII e finalizado na terceira década do século XVIII.

Pela seriedade do conflito e a numerosidade de inimigos, a administração portuguesa mobilizou todo o seu contingente militar para lutar contra os muitos levantes que só cresciam com o passar dos anos. Conflitos esses sucedidos em diversas regiões do interior das capitanias do norte⁵. Por isso, tanto a estrutura régia regular, que eram as milícias de serviço gratuito e o exército português profissional, localizadas nas vilas açucareiras, quanto as forças irregulares, constituídas pelas tropas particulares de sesmeiros, companhia de sertanistas e, principalmente, as tropas indígenas, foram arregimentadas (SILVA, 2009, p. 306).

Mesmo com o envio de tropas burocráticas e milícias, foram as tropas indígenas o maior contingente bélico que marcharam durante a *Guerra dos Bárbaros*. A única força indígena institucionalizada era o Terço de Camarão, as demais unidades de flecheiros que saíam dos aldeamentos eram fornecidas de forma irregular. De acordo com Kalina Vanderlei Silva (2010, p. 142-143), as diferenças entre tropas regulares e irregulares estavam em sua estrutura: as tropas regulares eram institucionalizadas dentro dos moldes da estrutura militar lusa, o que não acontecia com as tropas irregulares, que lutavam em qualquer conflito que fossem arregimentadas. As tropas de *flecheiros* que saíam dos aldeamentos são ótimos exemplos de tropas irregulares, e foram amplamente empregadas durante toda a *Guerra dos Bárbaros* (SILVA, 2010, p. 142-143). São essas tropas de indígenas que o presente artigo busca analisar.

⁵ Os primeiros levantes contra os indígenas ocorreram no Recôncavo Baiano, gerando a Guerra do Recôncavo. Posteriormente, alastram-se para as margens do rio São Francisco e os sertões de outras capitanias, como Pernambuco, Paraíba e Rio Grande. Foi no Rio Grande que ocorreu a Guerra do Açú.

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

Os grupos indígenas do sertão

No início dos conflitos, os ameríndios, habitualmente referenciados como *flecheiros* por causa de sua destreza no uso do arco e da flecha, eram arregimentados dos aldeamentos encontrados na faixa litorânea (os primeiros construídos) e enviados para qualquer local que fosse solicitado socorro. No caso da capitania de Pernambuco, para dar um exemplo, os indígenas saíam de aldeamentos como a Aldeia de Nossa Senhora de Ipojuca (ou de Caeté), na região do Recife, e da Aldeia de Nossa Senhora da Escada, onde hoje se localiza a atual cidade de Escada; ambos aldeamentos abrigavam populações tupi desde antes da *Guerra dos Bárbaros*, e sua população falava a língua geral, ou seja, uma junção do português com o tupi (ABNRJ, v. 28, p. 419-422). Ao decorrer do prolongamento da guerra, muitos grupos foram aldeados e outros exterminados.

À vista disso, a política da administração portuguesa consistia em fazer alianças com determinados grupos ameríndios e os colocava para combater outros grupos insurretos, logo aldeando ambos, os insurretos e os aliados (SILVA, 2009, p. 309). Ainda assim, o aldeamento não excluiu o fato de que os indígenas agissem dentro desses espaços, seja reivindicando ações que eram submetidos ou mesmo criando estratégias de sobrevivência e inserção na hierarquia da sociedade colonial. Sobre essa questão, Geysa Kelly (2004) identificou uma ressignificação e reconstrução da cultura indígena, afirmando que dentro dos aldeamentos a assimilação e interação com os portugueses fizeram com que os indígenas criassem estratégias para sobreviver etnicamente. Maria Regina Celestino (2013) também observou que dentro dos aldeamentos os indígenas procuravam meios de sobrevivência e acomodação de sua cultura, metaforseando-se, ou seja, transformando seu modo de vida. Cristina Pompa (2003, p. 86) concorda com essas perspectivas, afirmando também que nesse

processo de aldeamento surgiu uma cultura híbrida na medida em que os religiosos iam traduzindo seu material, possibilitando um melhor entendimento para os indígenas.

A falta de informações detalhadas que temos das características dos grupos indígenas sertanejos é explicada por muitos fatores: (a) pela diversidade de línguas e etnias, (b) pela belicosidade de alguns grupos, (c) pelo isolamento e contato posterior com as frentes de colonização, (d) pelo desaparecimento de vários grupos (por causa da guerra) antes de qualquer tipo de registro de sua existência. É importante também destacar que, quando ocorreu, esses registros eram feitos sem terem a preocupação em entender a cultura desses povos, sendo escritos de forma etnocêntrica, sempre considerando os indígenas como selvagens, incultos, exóticos (MEDEIROS, 2000, 16).

Por causa dos aldeamentos de ameríndios de diversos grupos étnicos, bastante coisa foi documentada. Isso explica o porquê os grupos de língua cariri, tal como outras *nações* que viviam nas margens do rio São Francisco, podem ser facilmente identificados nas documentações, como os Chocó. Deve-se acrescentar aqui o fato de que alguns grupos também foram relatados quando se aliaram aos holandeses ou se destacaram durante a *Guerra dos Bárbaros*, e isso também fez com que fossem bastante documentados, como os Janduí e os Hoés Hoés, respectivamente (SILVA, 2010, p. 146 e SILVA, 2009, p. 307).

O padre Fernão Cardim, que foi reitor do Colégio Baiano da Companhia de Jesus entre 1587 e 1592 e do Colégio do Rio de Janeiro de 1594 a 1598, enumerou uma grande lista descrevendo o nome e características de alguns grupos indígenas que viviam nos sertões. Segundo Cardim, alguns grupos indígenas viviam de forma sedentária, habitando em casas e fazendo roças; já outros viviam de forma

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

seminômade, alguns habitantes de cavernas, outros em cafuas debaixo do chão e também grupos que habitavam em pedras. Além da semelhança e diferença das línguas que esses grupos falavam, o padre também descreve algumas características culturais dessas “nações”, como a prática do canibalismo ou ausência dela. É interessante notar que com essas descrições Cardim tentou individualizar esses grupos (MEDEIROS, 2000, p.56).

Outro cronista que relatou algumas características desses grupos foi Urbain Souchu de Rennefort, um ex-tesoureiro que, depois de extinto o cargo que ocupava, foi nomeado a secretário do Conselho Soberano da França Oriental, vinculado à Companhia das Índias Ocidentais. Em um espaço de vinte anos, escreveu obras, de certo modo, com um tom de denúncias sobre suas experiências coloniais. Uma dessas obras foi *Histoire des Indes Orientales*. De 29 de março a 10 de novembro Urbain Souchu de Rennefort esteve em Pernambuco, onde fez algumas descrições sobre os indígenas:

Há um terceiro grupo de habitantes, que os portugueses denominam tapuias, maiores e mais fortes do que os índios de que tratamos acima. Os tapuias são idólatras; quando algum deles cai doente sem possibilidade de recuperar-se, matam-no, antes que fique muito abatido, e comem a sua carne. Também costumam devorar os estrangeiros e os inimigos que que capturam. As suas habitações geralmente estão a mais de 40 léguas do litoral. Organizam-se em aldeias como os outros brasileiros, diferindo destes somente pelo fato de serem maiores e praticarem a antropofagia. Têm-se conhecimento da existência de 76 nações, as quais estão sujeitas a tantos senhores quantos forem os chefes de aldeia. Antes de os europeus virem para o Brasil, resta gente guerreava entre si. Durante a querela entre portugueses e espanhóis, lutaram ora de um lado, ora de outro, segundo a sua predileção. As armas que utilizam nestas ocasiões são o arco e a flecha, os dardos e os porretes feitos de uma madeira muito resistente. Antes de conhecerem os instrumentos de cobre, trazidos pelos portugueses, serviam-se dos ossos da coxa humana como trombetas. Os tapuias são muito temidos pelos outros índios, pois cem

destes não são capazes de resistir a trinta daqueles. É habitual defumarem a carne que consomem, fazendo pequeno fogo embaixo de uma fileira de varas, suspensa cerca de 3 pés do solo por quatro forcados, sobre a qual estendem a carne (FRANÇA, 2009, p. 83-84).

O relato de Urbain nos fornece uma rica fonte de informação, mesmo que genérica, dos indígenas que viviam nos sertões. O cronista relatou características sociais e culturais, tendo um certo foco na forma em que esses povos guerreavam. Neste caso, os grupos que foram observados por Urbain não praticavam o canibalismo da mesma forma que vários grupos tupis, e não apenas o sentido era diferente, mas a forma que o corpo era ingerido também. Além de comer a carne dos indivíduos do seu próprio grupo, que eram os parentes mortos, os indígenas relatados por esse cronista guardavam os ossos, moíam e misturavam o pó com a farinha de milho, cozinhavam e serviam em cerimônias específicas, como o casamento e o batizado. Urbain também relatou que quando os indígenas iam comer a carne dos seus parentes, gritavam e lamentavam-se (FRANÇA, 2009, p. 83-84).

No caso dos tupis, a antropofagia estava ligada intimamente a guerra. Por terem interagido mais com os colonos, os Tupinambá, os Caeté, os Potiguar e os Tupiniquim acabaram sendo muito documentados. Sabemos hoje em dia muito sobre sua cultura, especialmente como se organizavam socialmente e também seus rituais antropofágicos. A maioria dos grupos tupis, embora compartilhassem uma mesma identificação étnica, baseada em uma ancestralidade comum a todas as aldeias, eram inimigos ferrenhos. O que unia os tupis era sua crença em um parentesco original, mas que também os distanciavam de outros grupos indígenas, a quem consideravam como inimigos primordiais (SILVA; LEÃO, 2018, p. 163-164).

Um dos sentidos da guerra entre os tupis era a vingança, ou melhor, a guerra era feita para vingança. Uma guerra efetuada para despejar sobre os inimigos uma vingança ancestral. E uma guerra que permitisse a prática do canibalismo, pois os capturados em batalha eram comidos em rituais antropofágicos. E isso fazia com que

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

a guerra e a vingança formassem com a base cultural de toda a sociedade tupi. No entanto, diferente da cultura das “nações” indígenas que viviam nos sertões (e que temos registros), somente homens guerreiros eram comidos. A crença tupi consistia na valorização do desempenho bélico de um homem, tendo a crença em que as habilidades, a coragem e a força do guerreiro eram transferíveis. Essa crença era compartilhada por todas as nações tupis, por isso, era considerado um elogio ser devorado pelos inimigos (SILVA; LEÃO, 2018, p. 163-164; cf. PERRONE-MOISÉS, 2000 e FAUSTO, 1992).

Outros cronistas que descrevem características de grupos que viviam nos sertões são capuchinos italianos (Dionigi de Carli, Giovanni Antonio Cavazzi, Girolamo Merola da Sorrento e Antonio Zucchelli da Gradisca) que passaram um período do século XVII em Pernambuco. Dionigi de Carli, por exemplo, publicou em 1674 um livro em que descrevia muitas características dos indígenas, e, de certa forma, seu texto confirma o que Urbain também relatou:

Os portugueses, até o presente, não conseguiram subjugar os originários do Brasil, um povo muito bárbaro e muito esquivo. Tapuias ou caboclos é o nome que lhes dá e a sua cor é pardo escuro. Andam sempre nus e com um arco grande, com cerca de 1 vara e meia, com a flecha esta feita em parte de cana e em parte de uma madeira duríssima, afiada na ponta em formato de serra, de modo que, ao penetrar na carne, faça uma ferida maior e mais dolorosa e seja mais difícil retirar de fato, quando são certos, abrem uma ferida no inimigo maior do que a causada por uma descarga de fuzil. Estes tapuias, sempre que pode, comem carne humana, e se falta-lhes a carne dos seus inimigos próximos, comem a dos estrangeiros que conseguem capturar na sua região. [...] Quando algum deles cai doente, dão-lhes alguns dias para que se restabeleça, caso, passado esse tempo, a cura não venha, eles, para evitar que padeça com tormentos; matam-no impiedosamente e comem-no. A mesma graça ou a mesma barbarização concedem aos seus pais e aos velhos que não podem mais ir à caça, os quais as próprias crianças o matam e comem, em companhia dos parentes mais próximos da vítima, convidados para o cruel

festim. Pagam, assim, com a morte àqueles que lhes deram a vida e metem para dentro das suas entranhas as entranhas de onde saíram. Em suma, é uma gente pagã miserável, mergulhada na mais completa idolatria. Os outros habitantes do *Novo Mundo*, bons ou maus, são cristãos ou, pelo menos, são tidos como tal (FRANÇA, 2009, p. 86-87).

A descrição feita por Dionigi de Carli também nos apresenta importantes informações sobre a antropofagia praticada pelos grupos que viviam nos sertões. Embora o texto esteja banhado de etnocentrismo, ele aborda muitas características de como era efetuado o ritual antropofágico daqueles indígenas que ele observou. Não é possível, por essa crônica, saber qual ou quais são grupos indígenas que Dionigi está falando, mas, com muita clareza, tanto ele quando Urbain relatam o endocanibalismo como um traço cultural dos grupos que viviam nos sertões, algo que difere e muito da cultura tupi. Percebe-se, com essas crônicas até aqui vistas, abruptas diferenças culturais entre grupos indígenas que viviam no Brasil. Diferenças que estão muito longe de se resumirem apenas a língua falada por esses povos.

Como os relatos dos cronistas anteriormente citados são sobre grupos indígenas avistados na capitania de Pernambuco, concluímos que o endocanibalismo⁶ era um traço cultural de pelos alguns grupos de indígenas que viviam nos sertões. Isso porque, também no século XVII, o holandês Joannes de Laet, para citar um exemplo, ao descrever características de *nações* que eram aliados dos holandeses, relatou que grupos como os Janduí, os Akykeuma, os Juckerijou, os Pajoke, os Keririjou, os Aponorijou, praticavam o endocanibalismo. Também conseguimos identificar que vários grupos que viviam nas margens do rio São Francisco, como os cariris, por exemplo, também praticavam essa mesma prática cultural (MEDEIROS,

⁶ Canibalismo praticado entre as pessoas de um mesmo grupo.

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

2000, p. 64-70).

Falando de outros traços culturais, geralmente todos os grupos se dividiam em aldeias e, de acordo com todos os relatos e bibliografias até aqui mencionadas, todos viviam de forma seminômade, descendo para o litoral em época de safras de caju (HERCKMANS, 1886, pp. 239 – 288). Eram exímios caçadores, praticavam rituais de casamentos, exerciam a agricultura do milho, mandioca, fumo, legumes e abóboras, a divisão do trabalho entre os sexos também se organizava na base do homem como guerreiro e da mulher como agricultora e depilavam todo o corpo. Todos esses traços culturais são bastante parecidos com os tupis (Cf. MEDEIROS, 2000; GALINDO, 2004).

No entanto, percebemos que muita coisa se difere dos tupis no que diz respeito a vestimenta e uso de adornos. Segundo o padre Antônio Pinto, as mulheres casadas dos grupos que ele observou se vestiam com vestidos convenientes e embelezavam o rosto com riscos feitos com dentes finos de ratos, colocando cinzas de madeira nas partes que saíam sangue, misturando com suco de jenipapo. Os riscos viravam escarificações de tonalidades azuladas que, quando secavam, nunca mais saíam (MEDEIROS, 2000, p. 69). Outras particularidades sobre esse traço cultural são também relatadas pelo já citado Urbain:

As suas crianças não recebem nenhum nome até os dez anos de idade, quando tem lugar uma cerimônia em que, além do nome, recebem furos no lábio inferior e em suas orelhas. Ao casarem, recebem furos na bochecha. No começo do mês de julho, depois que o milho é colhido e replantado, o chefe da aldeia manda chamar todos aqueles que estão em idade de casar. Ao reunirem-se, o senhor caminha à frente, em companhia de uns padres que denominam caraíbas, seguidos dos pais e mães dos noivos. Os jovens que vão casar e as crianças são os últimos; vêm pintados e cobertos por uma plumagem colorida (FRANÇA, 2009, p. 86-87).

Podemos perceber que todas as informações até aqui postas sobre a cultura dos grupos encontrados nos sertões variam e se aproximam dependendo do que é falado. Não temos a certeza, por exemplo, se o padre Antônio Pinto relatou características culturais desses indígenas antes ou depois da redução, ou seja, se o uso de vestimentas era realmente um traço cultural de algum grupo indígena ou se essa característica foi adotada depois do contato com os europeus. Sabemos que Urbain relatou aspectos de um grupo que permitiu a redução e decerto estavam aldeados, uma vez que existiam padres dentro da aldeia. Certamente o relato dos cronistas estavam baseados nas informações derivadas de muitos missionários que se debruçavam sobre os sertões em busca da realização de missões. E se formos colocar como exemplo a capitania de Pernambuco, com a intensificação da guerra nas margens do rio São Francisco, a partir da segunda metade do século XVII, ocorreram várias missões e aldeamentos de grupos indígenas encontrados nessa região, como os já citados cariris, mas também oriz e umãs. De toda forma, juntamente com os relatos sobre as maneiras de se vestir e a antropofagia, um outro traço cultural dos indígenas que foi amplamente relatado pelos cronistas do momento é a preparação e forma que eles guerreavam.

De modo geral, a maneira que os grupos indígenas de cultura tupi ou não guerreavam não são muito dessemelhantes. Essa diferença pode ser observada se formos comparar formas de organização social ou cultural, mas no que diz respeito as armas usadas, havia muita pouca diferença. E não apenas isso: a própria guerra mostra como esses grupos, embora culturalmente diferentes, tinham muito em comum. Para dar um exemplo, o caso da captura de inimigos para os rituais de canibalismo (seja qual for sentido em que ele viria a ser praticado) é um dos aspectos que podemos enxergar como um traço em comum.

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

Iniciando pelas armas, o arco e a flecha estavam entre os principais armamentos utilizados nas batalhas de “nações” tupis ou não. No caso dos tupinambás, por exemplo, os arcos eram feitos de diversos materiais diferentes, como *“peças de boa madeira e tecido de palma”*, e diferentes tipos de flechas, inclusive *“projéteis incendiários e os de ‘gazes nocivos’ [...] compostos com fumaça de pimenta, e usados especialmente para desalojar os inimigos escondidos em paliçadas”*, os arcos eram usados com exímia habilidade por guerreiros que treinavam desde a infância. Alguns cronistas chegaram a referir que a habilidade dos guerreiros tupinambás com os arcos era tão grande que chegavam a suplantar a dos arcabuzeiros coloniais (SILVA; LEÃO, 2018, p. 163-164).

Se tratando dos grupos não tupi, poucas diferenças podem ser apontadas, isto é, baseando-se aqui nos relatos de cronistas. Como foi visto na crônica de Urbain, não percebemos um grande destaque no uso do arco e a flecha, mas sempre essas armas são citadas primeiro, o que insinua uma predileção. Já Dionigi de Carli dá um grande foco ao uso dessas armas, relatando a composição das armas (arcos de madeira, com cerca de uma vara e meia, com flechas feitas de partes de cana ou de uma madeira duríssima), as habilidade dos guerreiros e também a decorrência do impacto causado pela flecha ao acertar o corpo do inimigo: *ao penetrar na carne, faça uma ferida maior e mais dolorosa e seja mais difícil de retirar de fato, quando são certos, abrem uma ferida no inimigo maior do que a causada por uma descarga de fuzil.”*(FRANÇA, 2009, p. 86-87).

Os tupinambás, por exemplo, segundo Florestan Fernandes, embora a exímia habilidade dos guerreiros tupinambás com armas de tiro tenha permitido a grande fama de *flecheiros*, as armas prediletas dos tupinambás eram o tacape. Era a única

arma utilizada nos rituais antropofágicos, e certamente sua predileção deriva do fato de que os guerreiros tupinambás não queriam matar seus inimigos durante o conflito, mas sim aprisionar para os rituais antropofágicos. Sendo assim, o tacape como “arma de choque” serviria muito bem para esse propósito (SILVA; LEÃO, 2018, p. 167-168)

Alguns grupos indígenas que viviam nos sertões de Pernambuco, como os Janduí, também usavam arsenais parecidos, como clavas chatas de madeira dura, semelhantes aos espadões, assim também como propulsor de dardos e machados lícitos. Eram temidos por outros indígenas por sua destreza em guerra, força, velocidade, além de usarem a “guerra de surpresa”, que muito intimidava os colonos: *“...na guerra não dão quartel a ninguém, nem apresentam batalhas à cara descoberta, senão com súbitas avançadas e depois por detrás das árvores fazem os seus tiros; usam muito de gritarias para meterem medo”*(LOPES, 1999, p. 140-141).

Na crônica de Urbain percebemos as mesmas características abordadas até aqui em questão da destreza dos guerreiros Janduí, na qual Urbain atribui que *“os tapuias são muito temidos pelos outros índios, pois cem destes não são capazes de resistir a trinta daqueles”* (FRANÇA, 2009, p. 86-87). Como Urbain não descreve o nome do grupo observado, pode ser que, através das abordagens feitas até aqui, o grupo que ele esteja relatando seja os Janduí, não apenas porque naquele momento os Janduí ainda eram inimigos dos colonos, e por isso indígenas, provavelmente tupis aliados aos colonos, lutavam contra essa *nação*, mas porque as descrições feitas são muito semelhantes a todos os relatos referentes aos Janduí durante esse período.

Os Janduí também incorporaram armamentos europeias no seu arsenal, como armas de fogo, em cujo manejo eram destros e empunhavam montados (SILVA, 2009,

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

p. 307-308). Também não é novidade que outros grupos indígenas, como os potiguaras, também incorporaram cavalos e armas de fogo. Na maior parte dos casos, os diversos grupos indígenas possuíam os mesmos armamentos, especialmente aqueles que tivessem o objetivo de nocautear o inimigo, pois todos necessitavam aprisionar seus oponentes em combate.

Falando nas táticas de batalha, embora já tenha sido abordado o caso dos Janduí, os grupos tupis, como tupinambás e potiguaras, também usavam a praticavam a guerra de emboscada, ou guerra surpresa. Esse tipo de tática consistia, como o segundo nome sugere, atacar o inimigo inesperadamente. Os potiguaras navegavam grandes distâncias em suas canoas, com grande número de guerreiros, *“surpreendendo o adversário: agarram homens, mulheres e meninos e levam-nos de regresso às suas tabas onde são os prisioneiros executados, moqueados e finalmente devorados”* (LOPES, 1999, p. 55; SILVA; LEÃO, 2018, p. 168-171).

Agora vamos abordar outros inimigos, os quilombolas que habitavam Palmares. O quilombo dos Palmares era uma organização política comumente classificada como uma confederação de mocambos. Os mocambos eram povoações de escravos fugitivos, porém, abrigavam também uma população mestiça não apenas por causa dos diferentes povos africanos, mas por abrigar indígenas, pardos e até brancos. Mocambos foram os principais focos de resistência para fugitivos do período colonial, e suas povoações geralmente recebiam o nome de seus líderes, como é o caso de Andalaquituche e Macaco, sendo esta última capital do quilombo. Entretanto, Palmares não foi o único foco de resistência do período colonial; ganhou destaque por causa da sua longevidade e porque se localizava no coração da América

portuguesa do século XVII, a região canavieira do, hoje em dia, Nordeste brasileiro. Palmares teve seu auge no século XVII, especificamente na década de 1670. Tinha uma área com cerca de 200 km que encravados nos atuais estados de Pernambuco e Alagoas, e sua capital, da Cerca Real de Macaco, situada na Serra da Barriga, talvez abrigasse 30 mil moradores (cf. CARNEIRO, 1988).

Os quilombolas, geralmente vindos na calada da noite, se instalavam em Palmares e ocupavam os ofícios que sabiam fazer, ou seja, os que vinham das lavouras, trabalhavam nas roças, os da cidade que conheciam algum serviço mecânico, se instalavam com tendas de ferreiros, por exemplo. Praticavam o comércio - escambo - com os moradores vizinhos. Trocavam produtos de terra, peixes, animais de caça por armas de fogo, roupas, ferramentas, entre outros. As *entradas* ao quilombo dos Palmares ocorreram porque, vezes ou outras, as trocas acabavam em conflitos armados. Muitas vezes os quilombolas destruíam canaviais, currais de gado, e isso provocava cada vez mais a ira dos colonos que clamavam por sucessivas expedições pela destruição do quilombo, que passou mais de cinquenta anos resistindo (CARNEIRO, 1988, p. 3-5).

E nessas expedições marchavam os *flecheiros*. Durante o século XVII, usar a força bélica indígena para combater os *bárbaros* nos sertões virou uma constante. Arregimentados para quaisquer conflitos, os indígenas aldeados impressionam por serem os mais numerosos dentre os que marchavam para as batalhas e também por causa das suas estratégias. Por fim, é preciso identificar a atuação desses guerreiros, especificamente os que habitavam na capitania de Pernambuco, contra os grupos indígenas dos sertões e também contra o quilombo dos Palmares.

“ÍNDIOS DE GUERRA”: ATUAÇÃO DOS FLECHEIROS

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

Os indígenas que viviam em aldeamentos localizados na capitania de Pernambuco, seja qual fosse suas origens étnicas, uma vez aldeados, poderiam ser recrutados para qualquer conflito que se desenrolava nos sertões das capitanias do Norte. Isso ocorreu com os grupos tupis que viviam na costa oriental, com os Janduí que se encontravam em aldeamentos espalhados pelo sertão dessa capitania, como também da Paraíba, Itamaracá e Rio Grande, os Cariri que viviam nas margens do rio São Francisco, com diversos povos de cultura jê e também vários de línguas isoladas. Em suma, todos foram gradativamente aldeados ao decorrer dos conflitos que se seguiam desde meados do século XVII e só finalizaria, nessa região, nas primeiras décadas do século XVIII (SILVA, 2009, p. 307-308).

Esse período foi marcado por conflitos sangrentos e pelo desaparecimento de muitos grupos indígenas que viviam nos sertões das capitanias do norte. Alguns grupos como os Janduí, por exemplo, eram ferrenhos inimigos da colonização, mas talvez por causa do desgaste durante os vários anos de guerra, passaram a ser aliados e, conseqüentemente, aldeados. Esses conflitos foram provocados por vários motivos, destacando-se a expansão por causa da instalação dos currais de gado, o principal responsável pela expansão da fronteira oeste, e também a busca embriagada por metais preciosos, uma realidade do século XVI que se intensifica bastante, em decorrência da procura de minas de salitre, no século XVII (PUNTONI, 2002, p. 29).

Podemos identificar a atuação dos *flecheiros* que viviam em aldeamentos na capitania de Pernambuco desde 1660, quando as campanhas contra Palmares, a partir da restauração do Brasil em 1654, se tornaram mais preocupantes para o governo-geral. Além de não reconhecer a extensão do Estado Palmarino, protegidos

pela extensa e impenetrável floresta, as *entradas*⁷ ganharam força e se intensificaram ao decorrer dos anos. Essas *entradas* nada mais eram do que repetidas represálias ao quilombo, ou seja, ataques diretos que procuravam o destruir, usando tropas regulares, paulistas e *flecheiros* (CARNEIRO, 1988, p. 8).

Em 1667, por exemplo, o governador da capitania de Pernambuco, Bernardo de Miranda Henriques, organizou uma expedição contra Palmares, sob o comando do Mestre de Campo Zenóbio Accioly de Vasconcelos, então coronel. Embora não se saiba muito sobre essa entrada, a tímida expedição adentrou quarenta léguas da barra do rio Panema até a Serra do Comunaty, em Pernambuco. Durante a expedição, acamparam durante três dias e se depararam com um outro quilombo, que depois de muitos combates, *“lhe ateou fogo, destruindo-o”* (CARNEIRO, 1988, p. 68).

Nos anos que se seguiam, os governadores da capitania de Pernambuco organizaram várias *entradas* ao quilombo, obtendo vitórias e derrotas. Um desses triunfos ocorreu em 1674, quando o recém-chegado governador Pedro de Almeida organizava, em outubro deste ano, uma expedição que contava com soldados pagos, brancos, indígenas, homens pardos e pretos do Terço de Henrique Dias. O objetivo da expedição era extinguir “parte dos negros”, e os capturados em batalha seriam repartidos entre os homens da tropa. A batalha gerou resultados positivos, na qual incendiaram fortificações dos quilombolas e provocaram a morte de muitos (CARNEIRO, 1988, p. 74).

Podemos identificar de forma muito simples a atuação dos *flecheiros* nesses

⁷ Expedições de caráter expansionista, organizadas pela sociedade colonial (administração ou pelos paulistas) para propósitos de conquista, seja da terra, da gente ou de ambos.

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

conflitos: as arregimentações de grupos aldeados provam o quanto a força bélica indígena gerou resultados positivos, e expedições que utilizavam esses guerreiros normalmente atingiam muito sucesso, lembrando que como os pagamentos dos indígenas eram muito menos custosos em comparação à outras tropas, já que eram dados *resgates*, isso beneficiava muito as campanhas de *entrada* a Palmares, uma vez que a guerra contra o quilombo era um peso enorme para os cofres da Coroa. Em 1694, por exemplo, calculava-se que o gasto com a guerra contra Palmares consumia 400 000 cruzados a Fazenda Real e mais de um milhão aos moradores da região (CARNEIRO, 1988, p. 48).

Em 02 de outubro de 1692, o governador-geral Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho escreveu uma carta para o Mestre de Campo Mathias Cardoso, dando algumas ordens acerca de estratégias que deveriam ser utilizadas para a destruição de Palmares. Na carta o governador menciona que “para que logo socorra” a capitania de Pernambuco, já havia mandando enviar para Mathias Cardoso pólvora, munições indígenas e soldados pretos. Além de tudo isso, também foi ordenado o descolamento de vários índios da mesma capitania para que assentassem uma aldeia na fronteira dos Palmares (DHBN, v. 38, p. 294-295).

Ou seja, lutando ao lado dos paulistas e de outras tropas e sendo deslocados de local para que os aldeamentos servissem como barreiras, os indígenas assumiam um papel central em todo o processo de destruição do quilombo dos Palmares. As aldeias usadas como barreiras acabavam possibilitando, fora uma excelente defesa das urbes portuguesas, o salvamento de canaviais ou mesmo o impedimento da expansão de Palmares, dado que, ao serem colocadas nas fronteiras, os quilombolas seriam barrados de avançar para as direções geográficas onde as aldeias estavam

assentadas. Inclusive, essa estratégia de usar aldeamentos como barreiras foi esboçado na década de 1670 como solução para este conflito. E sobre isso o Conselho Ultramarino disse:

Convinha fazer-se esta guerra, assim pela Bahia como por Pernambuco, e que no meio destes palmares se situasse por duas partes a gente de guerra, e Índios indo pela Bahia duzentos homens brancos e todo o mais gentio manso que os pudesse acompanhar para carregar o apresto e mantimento de sua jornada; porque o gentio da repartição da Bahia sofre este serviço o que não tem o de Pernambuco por ser guerreiro e não acostumado a carregar, e aquele no arraial que se formar e servir também para a planta dos mantimentos e a carruagem e que das capitânicas de Pernambuco devem ir outros duzentos brancos e dos Índios de Guerra negros e mulatos foros, outros tanto que he o poder bastante para se dar esta guerra (AHU, cód. 265, fl. 14v/15 apud SILVA, 2009, p. 319-320).

Observa-se que o Conselho Ultramarino fez consideráveis distinções regionais entre os indígenas: enquanto tratou os indígenas da Bahia como *mansos*, os de Pernambuco foram cognominados como *índios de guerra*. Isso se deveu ao fato de que, com o fim da Guerra do Recôncavo, os indígenas da Bahia foram encarregados dos trabalhos braçais, eram considerados como *índios de carga* por serem *mansos*; já os indígenas pernambucanos não estariam acostumados a esse tipo de serviço, sendo mais convencional utiliza-los em guerra (SILVA, 2009, p. 320).

De toda forma, quando se fala dos combates aos palmarinos, a utilização da força bélica indígena não foi tímida. Em carta escrita para o governador da capitania de Pernambuco em 1691, o governador-geral João de Lencastre afirmava:

Amigo e Senhor. [...] Sua Majestade, que Deus guarde, deseja segurar os povos [indígenas] dessas capitânicas criando novas povoações de aldeias no Açú, Jaguaribe e Piranhas [...] considero que, como o Mestre de Campo Domingos Jorge Velho fica ocioso depois de se haverem vencido os negros dos Palmares, poderá ter conveniência em se acomodar naquele sertão com a sua gente, e assentar melhor que ninguém as duas aldeias, escusando mandar-se para elas vinte soldados pagos com um cabo, como Sua Majestade dispõe, e ficarem com a sua assistem cia tão seguros os moradores, e os currais que são muitos

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

por aqueles campos, como reprimidas as hostilidades dos Bárbaros aos quais facilitará menos formidavelmente por meio dos seus índios a se reduzirem a uma paz fixa, querendo eles antes a amizade dos Paulistas, do que experimentar o rigor da guerra que lhe costumam fazer no caso, que os Bárbaros não queiram a nossa, comunicação, os obrigue pelas armas [...] (SILVA, 2009, p. 320).

Aqui, mais uma vez, enxergamos a ampla participação dos indígenas durante o processo de conquista dos sertões: eram persistentemente usados como mão de obra bélica. Nos intensos combates ocorridos desde a década de 1660 até os anos finais da década de 1690, quando o quilombo dos Palmares foi destruído e as últimas perseguições aos negros que ainda resistiam “nos matos” eram concluídas, indígenas foram utilizados incessantemente. Mas a atuação dos indígenas não parava por aí. Depois de destruir Palmares, erram arregimentados para onde fosse necessário apoio.

Outro grande momento em que podemos identificar uma vigorosa atuação de *flecheiros*, durante a segunda metade do século XVII, é nos muitos conflitos ocorridos durante a *Guerra dos Bárbaros*. Primeiramente é preciso evidenciar que todas as guerras ocorridas nesse período só são vistas como um único conflito se aqui considerarmos somente o ponto de vista da administração portuguesa. Partindo do ponto de vista indígena, não apenas os combates ocorreram de forma independente um dos outros como também os grupos indígenas não lutaram conjuntamente. E, a partir disto, a *Guerra dos Bárbaros* só existiu como um conflito unificado do ponto de vista político e militar régio (SILVA, 2009, p. 306-307).

Os primeiros embates contra indígenas se deram no Recôncavo Baiano, e

iniciaram na segunda metade do século XVII recebendo o nome de guerra do Recôncavo. Posteriormente, uma série de conflitos ocorreram na região do Rio São Francisco, pelos interiores das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará. Todas essas capitanias estavam sob jurisdição do governo de Pernambuco, e foi a guerra do Açu quem a administração colonial revestiu mais importância, dado sua duração e amplitude, superando qualquer guerra contra indígenas efetuada nesse período (SILVA, 2009, p. 306-307).

Um grupo indígena que foi combatido no interior de Pernambuco, especificamente entre o rio Pajeú e Buíque, foram os Hoés Hoés. Para a guerra, foram arregimentados da Aldeia do Ararobá os Cariri, também tropas de Chocó, Carnijó e Carapotó, todos sob o comando do capitão-mor João de Oliveira Neves. E ainda para reforçar todo esse contingente, o governador de Pernambuco ordena que todos os indígenas da Aldeia Urumarú e outros indígenas do Pajeú, sob o comando do capitão Antônio Gomes Brandão com as ordenanças do próprio Pajeú (SILVA, 2010, p. 146). Fica muito claro o uso de indígenas aldeados contra outros grupos que não eram aliados. Conseguimos identificar que os Hoés Hoés foram aldeados, pois encontramos o nome do grupo referenciado em uma carta datada de 1759, juntamente com outros grupos (Pipipan, Paraquió, Xucuru), sendo presos por terem praticado uma revolta na ribeira do rio Moxotó (AHU_ACL_CU - Cod. 1919).

E nem sempre os aldeamentos conformavam os colonos, mesmo com a grande importância dos mesmos na defesa de engenhos, vilas e cidades. Um caso assim ocorreu com os cariris em 1672. A procura de escravos, os moradores que viviam em um local chamado Canabrava, a setenta léguas da aldeia de Uracapá (situada em uma ilha onde hoje se localiza o atual município de Cabrobó em Pernambuco), os cariris, mesmo sendo aliados, foram atacados. Os moradores convenceram o governador a

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

fazerem guerra contra os indígenas que, menos armados, perderam a batalha. Cerca de 180 guerreiros foram mortos na batalha, e tomaram para si 500 cativos, dentre mulheres e crianças. O destino dos cativos foi definido na Bahia, local onde foram levados e “distribuídos” (PUNTONI, 2002, p. 120).

Os cariris foram um dos muitos grupos indígenas que passaram de inimigos a aldeados. Usados nas batalhas contra os Anaio, durante os conflitos ocorridos no rio São Francisco, contra grupos indígenas que viviam no interior de Pernambuco, como os hoés hoés, certamente também foram arregimentados para lutar contra janduí e outros grupos indígenas durante a guerra do Açú. Os conflitos ocorridos nas margens do rio Açú, na capitania do Rio Grande, se iniciaram em meados do século XVII entre os tarairius e os colonos que viviam nos interiores dessa capitania. Na medida em que cresciam os sucessos dos indígenas, os colonos, que até então usavam forças militares particulares, passaram a solicitar o apoio da Câmara de Natal e, através desta, o socorro do Governo Geral (PUNTONI, 2002, p. 116-122).

Ao arregimentar grandes contingentes de indígenas para lutar nesses conflitos, os indígenas acabaram sendo tão importantes que decidiram o rumo desses combates. Por exemplo, em 1688, o governador-geral Mathias da Cunha escreveu a seguinte carta para o Provedor da Fazenda do Rio Grande:

Por alguns moradores desta cidade serem também interessados nas terras e currais dessa Capitania ordenei a Câmara dela que concorresse também para esta guerra com 300\$000 em dinheiro dos quais se mandou cento a um Governador das Armas Paulista, que marcha do Rio de São Francisco pelo sertão com 300 brancos, e índios armados (além de dois capitães-mores da jurisdição de Pernambuco que têm mais de 600) a conquistar os bárbaros pelas campanhas interiores da Paraíba., Rio Grande e Ceará: e os 200 para se empregarem em farinhas que Vossa Mercê irá remetendo a ordem do Coronel

Antônio de Albuquerque da Câmara pelos avisos que ele lhe fizer. E porque não houve modo para se remeterem ao Almojarife dessa capitania Vossa Mercê com intervenção do capitão-mor os busque lá, e vá remetendo as farinhas ao dito coronel, e saque letra a vista, dos ditos 200\$000 sobre o Senado da Câmara desta cidade, o qual no mesmo ponto os mandará contar ao procurador, ou pessoa mostradora que for da dita letra com carta de Vossa Mercê para se lhe dar credito, e com ela e recibo nas costas da dita letra, se fizerem papeis correntes ao Tesoureiro que aqui a pagar. E aí se carregue o dinheiro ao Almojarife pelo Escrivão da Fazenda e se lhe dará conhecimento em forma dele pelos recibos do dito Coronel que há de mandar despender as farinhas pela sua gente. E esta carta mostrará Vossa Mercê ao Capitão-mor, e Câmara dessa Capitania para terem entendido este socorro que também da Bahia se lhe manda (DHBN, v. 3, p. 273-275).

Um contingente grande de indígenas que tinham aldeias localizadas na jurisdição de Pernambuco é arregimentado nessa carta: além dos seiscentos *flecheiros* que estavam sob o comando de dois soldados burocráticos, certamente o número de indígenas que estavam sob o comando de dos paulistas também eram muito grandes, mesmo que a carta não tenha especificado uma quantidade aproximada. De toda forma, sabemos que durante os conflitos ocorridos durante a *guerra dos bárbaros* os indígenas foram usados abundantemente como braço bélico, e no caso dos combates realizados no rio São Francisco não foram diferentes.

Embora o pagamento dos indígenas fosse dado em *resgates*, durante as expedições era preciso que o Governo geral provesse os mantimentos das tropas, seja em armas ou em comida. Na citação acima, quantidades específicas são destinadas para o mantimento de tropas e para compra de farinhas que deveriam ser usadas para alimentar as tropas. Muitas vezes, esse mantimento não era distribuído para as tropas, tanto regulares quanto irregulares, o que causavam diversas “revoltas da farinha” e deserções, por exemplo (cf. SILVA, 2001). O governador-geral já alertava um tenente, na Bahia durante a guerra do Recôncavo, que os indígenas “*é gente que não atura sem comer*” (DHBN, v. 10, p. 122).

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

Outro interessante caso em que podemos perceber uma forte atuação de indígenas aldeados na capitania de Pernambuco ocorreu em 1688, quando o governador-geral manda carta para o governador de Pernambuco solicitando o apoio dos *flecheiros* aldeados de Pernambuco:

Depois da última carta que tenho escrito a Vossa Senhoria recomendando-lhe os socorros do Rio Grande, chegaram a este Governo novos avisos do Capitão-mor daquela Capitania Agostinho Cesar, e dos Cabos Domingos Jorge Velho, e Antônio de Albuquerque da Câmara significando uns, e outros o aperto em que ficavam as nossas fronteiras pelo grande poder, e atrevimento dos Bárbaros e falta com que ambos se achavam de gente, armas, munições, e mantimentos. Bem creio do zelo a atividade de Vossa Senhoria que lhe terá mandado dessa Capitania tais socorros, que não só os anime, mas antes convertam a defesa em mais viva guerra aos Bárbaros. Mas porque a importância de se não perderem as nossas forças obriga a que de todas as partes sejam socorridas, me resolvi a mandar-lhe formar quarenta arrobas de pólvora fina, e cento e vinte de chumbo, que vão nesta sumaca de João Alvares a entregar nesse Recife a ordem do Provedor da Fazenda João do Rego Barras, para ele remeter daí a Paraíba, em outra embarcação por esta em que vão não ter Pratico: e o Capitão-mor Amaro Velho mandar comboiar por terra pela distancia ser mais breve dos quartéis das Piranhas, a entregar tudo aos ditos dois Cabos para entre si o dividirem igualmente e por terra mando dois troços de gente um de cento e cinquenta homens brancos, e até trezentos índios reconduzidos das Aldeias, e vizinhanças de uma, e outra banda do Rio de São Francisco pela parte do sertão, a entregar ao Mestre de Campo dos Paulistas Domingos Jorge Velho, e outro das Aldeias, e Ribeiras do mesmo Rio de duzentos brancos, e trezentos índios juntos na Villa do Penedo para Antônio de Albuquerque da Câmara, a quem a exemplo do Paulista fiz agora Governador de toda a gente que tiver a sua ordem [...] (DHBN, v. 3, p. 123).

Com essa citação fica ainda mais nítido o grande auxílio militar que os indígenas, muito numerosos, ofereciam nos inúmeros conflitos feitos nesse período. Com o fim das guerras travadas nas margens do rio São Francisco, muitos grupos indígenas, antes inimigos, que viviam nessa região eram aldeados e usados para batalhar contra outras nações. Foi o caso dos cariris, procás, coripós, tamanqueús, oriz e muitas outras “nações”. Provavelmente esses indígenas que são mencionados

nessa carta citada pertenciam a alguns desses grupos.

Não se pode negar a forte presença dos indígenas nos muitos conflitos ocorridos a partir da segunda metade do século XVII. Se por um lado a destruição do quilombo Palmares ou o término da *guerra dos bárbaros* significou o fim de muitos gastos e empecilhos que a administração colonial teve que lidar nesse período, certamente as tão almejadas vitórias não seriam possíveis sem a imprescindível serventia dos *valentes flecheiros* que assoberbavam as tropas que lutavam nessas guerras. São eles que deram os rumos dos embates, e sua atuação não pode ser simplesmente relegada e desvalorizada.

Considerações finais

Ao analisar a ação militar indígena durante a chamada *Guerra dos Bárbaros*, buscamos evidenciar que o estudo do conflito, assim como todos os aspectos militares, pode ampliar bastante o entendimento da sociedade. Essa é uma das propostas da chamada Nova História Militar, que “permite entender as estruturas sociais complexas e, ao mesmo tempo, compreender que instituições e fenômenos militares têm a sua historicidade, portanto são historicamente construídos” (MOREIRA, 2011, p. 15).

Durante a pesquisa, pode-se observar que muita coisa ainda precisa ser analisada, como as estratégias militares indígenas e as que os indígenas foram submetidos. O uso de aldeamentos como barreiras defensivas, para dar um exemplo, é dificilmente trabalhado pelos historiadores. E através de tudo o que foi analisado, os aldeamentos saem da pequena esfera de espaços de somente doutrinação e passam a ser pensados também como locais construídos para diversos propósitos, tanto para a administração portuguesa quanto para os próprios indivíduos aldeados.

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

Diante disso, é preciso uma pesquisa de maior fôlego que procure analisar todas essas questões, e o estudo do conflito, como visto neste artigo, pode dar muitas respostas, desenvolvendo ainda mais o tema abordado nessa pesquisa e explorando melhor as fontes, facilmente encontradas tanto na coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional quanto no Arquivo Histórico Ultramarino.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2013.

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ABNRJ), v. 28, Rio de Janeiro, 1906.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.1988.

CARTA para Francisco Berenjel de Andrade sobre a guerra do Gentio do Rio Grande. **Documentos Históricos da Biblioteca Nacional**, v. 3, p. 273-275, 1671 -1692.

CARTA para o Tenente de General da Artilharia Pedro Gomes. **Documentos Históricos da Biblioteca Nacional**, v. 10, p. 122, 1648-1661.

CARTA para o mestre de Campo Mathias Cardoso em resposta do estado em que estava aquela Campanha. **Documentos Históricos da Biblioteca Nacional**, v. 38, p. 294-295, 1692-1698.

CARTA do conselho Ultramarino, **Arquivo Histórico Ultramarino** (AHU), AHU_ACL_CU - Cod. 1919.

FAUSTO, C. **Fragmentos de História e Cultura Tupinambá** – Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento crítico de conhecimento etno-histórico. In: M. Carneiro da Cunha (Org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Andanças pelo Brasil Colonial: catálogo comentado (1503-1808)** / Jean Marcel Carvalho de França e Ronald Raminelli. – São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GALINDO, Marcos. **O Governo das Almas**. 1. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2017.

HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da Capitania da Parahyba**. In: Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, tomo V, nº 31, pp. 239 – 288, 1886.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**. Dissertação para obtenção de título de Mestre em História. – Recife, UFPE, 1999.

MEDEIROS, Ricardo Pinto. **O Descobrimento dos Outros: Povos Indígenas do Sertão Nordeste no Período Colonial**. Recife, Tese de Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em História - UFPE. 2000.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. **A Nova História Militar, o diálogo com a História Social e o Império Português**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011, p. 15.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **A vida nas aldeias tupis da costa**. Lisboa: Oceanos, v. 42, abril./jun. 2000.

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

SILVA, Geyza Kelly Alves da. **Índios e Identidades:** Formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial (1535-1716). Dissertação para obtenção de grau de Mestre em História. Recife. UFPE. 2004.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Flecheiros, Paulistas, Henriques e os Homens do Litoral:** Estratégias Militares da Coroa Portuguesa na 'Guerra dos Bárbaros' (sec XVII). CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), v. 27-2, p. 305-333, 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **"Nas solidões vastas e assustadoras"** – os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. – Recife: Cepe, 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei. **O Miserável Soldo & A Boa Ordem da Sociedade Colonial** – Militarização e Marginalidade na Capitania de Pernambuco nos Séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife. 2001.

SILVA, Carlos Teixeira da; LEÃO, Karl Schurster Souza (org). **Por que a guerra?:** das batalhas gregas à ciberguerra – uma história da guerra entre os homens / organização Francisco Carlos Teixeira da Silva, Karl Schurster Souza Leão. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução:** missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial. São Paulo: EDUSC, 2003.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros:** povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo. Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp. 2002.